

ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FORNOS DE ALGODRES, REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZANOVE

-----Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e dezanove, pelas dez horas, realizou-se no auditório dos Paços do Município, uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Fornos de Algodres, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1 – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

2 – ORDEM DO DIA -----

a)- Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, de acordo com a alínea c) do número 2 do artigo 25, da Lei número 75/2013, de 12 de dezembro; -----

b)- Aprovação das Deliberações ao abrigo da Lei n.º50/2018, de 16 de agosto. -----

3 – OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O CONCELHO -----

4 – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- Aberta a Sessão, o Sr. Presidente da Assembleia cumprimentou os presentes, passando de imediato à chamada dos membros da assembleia, tendo-se verificado as seguintes presenças: Carlos Manuel Andrade Costa, Rui Manuel Nunes Paulo Viçoso, António José Elvas da Rocha, Manuel Gonçalves dos Santos, José Aurélio Marques Veiga, Luís Miguel Ginja da Fonseca, Tiago Rafael Pratas Andrade, Pedro Miguel Freitas Marques Falcão Lucas, Rui Pedro Bernardo Santos, Artur Francisco Almeida de Oliveira, Porfírio Simões Paraíso, Nuno Jorge Porfírio Marques, João Carlos Paulo Nunes Felício da Costa, Delfim Pereira Rodrigues, António Júlio Rebelo Oliveira, Álvaro Pedro Ferreira dos Santos, António Gonçalves Gomes, Daniel Alexandre Sousa Andrade, Luís Filipe Rodrigues dos Reis, Maria João Castanheira Albuquerque, José Joaquim dos Santos Nunes, Vítor Hugo Cardoso Dias, Augusto António Morais de Carvalho e António Pires Fonseca. Faltaram aos trabalhos os membros da assembleia, Nélio Alexandre Ferreira Sequeira, Fernando Carlos da Costa Melo e Rui Manuel Andrade Gomes. -----

----- Depois de se proceder à leitura das atas referentes às sessões realizadas nos dias catorze de dezembro e trinta e um de janeiro, o Sr. Presidente da Assembleia questionou os membros da assembleia sobre a existência de propostas de alteração às mesmas; não havendo propostas, foram colocadas à votação tendo sido aprovadas por maioria. -----

----- Entrando-se no Período Antes da Ordem do Dia, usou da palavra o membro da assembleia José Aurélio, congratulando-se com a presença do público, referindo que é importante para a vitalização política do concelho e acrescentando que deveriam fazer um reajustamento da disposição das mesas para esse efeito. -----

----- Dirigiu um apelo ao Sr. Presidente da Assembleia para que, futuramente, as sessões tenham início às 9h30m, de forma a permitir discutir os assuntos em devido tempo até à hora do almoço, e, também, garantir que as atas cheguem devidamente a todos os membros da assembleia. -----

----- Prosseguiu congratulando-se com o facto de este ano a Câmara Municipal ter tido o cuidado de reduzir o orçamento com o programa de festas, exprimindo a opinião de que este deverá ser cada vez mais reduzido, embora tenham cumprido o plano de atividades para o ano de 2018, contrariamente ao plano de atividades previsto em obras que, a seu ver, foi nulo. -----

----- Referiu que viu uma notícia relacionada com o Centro de Dia da Liga de Amigos de Figueiró da Granja e, no tocante a este assunto, entende que é obrigação da Câmara Municipal ajudar a resolver esta e outras questões, nomeadamente o problema do CAO (Centro de Atividades Ocupacionais), na medida em que temos pouco tecido empresarial que crie riqueza em termos produtivos e a maior parte do emprego assenta nas associações que prestam serviços, sendo a Associação de Promoção Social de Fornos de Algodres, a segunda maior empregadora do concelho.-----

----- Disse, também, que é necessário proceder à reposição da eletrificação dentro das povoações, alertando para o facto de, no limite do concelho de Fornos de Algodres e no limite do concelho de Trancoso, existir quase um quilómetro de estrada todo eletrificado. -----

----- Fez um apelo ao executivo no sentido de vocacionarem o orçamento para criar emprego e riqueza, salientando que a redução dos impostos, nomeadamente o IML, contribuem para o desenvolvimento do concelho. -----

----- A concluir, referiu ainda que gostaria de continuar estas questões políticas com o Sr. Presidente da Câmara, mas em papéis diferentes. -----

----- No uso da palavra, o membro da assembleia Rui Viçoso dirigiu um apelo ao Sr. Presidente da Assembleia, no sentido de estar mais atento à inércia do executivo no que concerne aos pedidos de informação e de documentos, na medida em que uma das competências da assembleia é a fiscalização. -

----- Referiu, ainda, que já havia solicitado em assembleias anteriores uma cópia do parecer negativo da pavimentação do Bairro do Ténis e que, até à data, ainda não lhe foi facultada. -----

----- Prosseguiu, pedindo informações acerca do desenvolvimento do levantamento dos prédios abandonados com potencial turístico no concelho, no sentido de criar um site, na medida em que há estrangeiros interessados em residir no concelho. -----

----- Relativamente ao Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, constatou que houve já uma alteração legislativa que confere poderes à Câmara Municipal para alterar o bloqueio à edificação no concelho, solicitando que adaptassem o Plano à Carta de Ocupação de Solos. -----

----- A concluir e, atendendo à presença do público, questionou o Sr. Presidente da Câmara se a obra relativa aos esgotos de Figueiró da Granja foi cabimentada. -----

----- Seguiu-se o membro da assembleia Luís Ginja cumprimentando todos, em especial os elementos do público ali presentes, referindo que relativamente à questão dos esgotos do Centro de Dia de Figueiró, é sua opinião que havendo abertura dos dois lados, certamente chegarão a um entendimento. Referiu, ainda, que é bem que o Sr. Presidente da Câmara esteja há sete anos naquele papel, caso contrário não teríamos luz em todo o concelho, lembrando que noutros tempos, não havia luz entre a meia-noite e as

sete da manhã. -----

----- No que concerne à IPSS, referiu que, para além de ser o segundo maior empregador, traz, ainda, desenvolvimento ao concelho. -----

----- Por fim questionou o Sr. Presidente da Câmara em que ponto se encontra a obra do Mercado Municipal. -----

----- O membro da assembleia Porfírio Paraíso usou da palavra para se congratular com a presença do público e para lamentar o facto de, em tempos, lhe cortarem a palavra quando estava nessa posição. Prosseguiu referindo que é uma perda de tempo estarem constantemente a abordar os mesmos assuntos, nomeadamente o IML, o Bairro do Ténis, etc. Questionou o Sr. Presidente quantos funcionários estão adstritos aos trabalhos da Assembleia, solicitando mais zelo no envio da documentação. -----

----- A concluir elogiou a obra efetuada junto à Senhora da Graça, sugerindo a colocação de uma grade de suporte no muro. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara em resposta ao membro Porfírio Paraíso, referiu que a grade é uma questão a resolver, uma vez que no local há um grande declive e a plataforma da estrada está a cair. Relativamente ao Mercado Municipal esclareceu que a candidatura foi entregue na CCDR, estando a aguardar que se pronunciem acerca do projeto; a partir do momento em que emitam um parecer favorável, será aberto o concurso público de modo a iniciar a obra. -----

----- No concemente à intervenção do membro da assembleia Rui Viçoso referiu que saiu uma recomendação do Ministério da Economia no sentido de as Câmaras Municipais poderem ajustar os seus Planos que, depois, poderão contemplar numa próxima revisão do PDM. Em complemento referiu ainda que na próxima semana reunirá com a Presidente da CCDR no sentido de iniciarem rapidamente o procedimento. -----

----- Em relação ao Bairro do Ténis informou que saiu um diploma que permite às Câmaras Municipais a reabilitação de edifícios de habitação social, tendo o Sr. Vereador Alexandre Lote reunido com a Diretora Regional do IFRRU (instrumento financeiro de reabilitação e revitalização urbana) do Norte, no sentido de negociar um modo de financiamento para resolver esta questão. Acrescentou que também os particulares, têm aqui uma oportunidade para reabilitar os edifícios em elevado estado de degradação. -----

----- Relativamente às luminárias referiu que está a ser efetuado um trabalho com todos os Presidentes de Junta e que há dois funcionários da Câmara a trabalhar durante a noite no sentido de averiguarem quais as luminárias a manter ligadas e quais poderão ser desligadas. No entanto, está disponível para aceitar sugestões que serão posteriormente avaliadas. -----

----- No que diz respeito às IPSS reconheceu que a economia social é o setor com mais empregabilidade no concelho e, nessa medida, a Câmara Municipal estará sempre disponível a colaborar, de tal modo, que tem feito, semanalmente, a limpeza das fossas do CAO. -----

----- Passou-se à Ordem do Dia, nomeadamente à alínea a) da Ordem de Trabalhos: “Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade desta e da situação financeira do município, de

acordo com a alínea c) do número 2 do artigo 25, da Lei número 75/2013, de 12 de dezembro”, tendo o Sr. Presidente baseado a sua comunicação no ofício nº 149 datado de 20 de fevereiro de 2019, o qual se dá aqui como transcrito e se considera como fazendo parte integrante desta ata. Não havendo inscrições acerca deste ponto, passou-se de imediato à alínea b) da Ordem do Dia: “Aprovação das Deliberações ao abrigo da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto”. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara informou que foram publicados dois diplomas relativamente aos quais o executivo se pronunciou em reunião de câmara, tendo deliberado, por unanimidade, não aceitar o Decreto-Lei n.º 20/2019 referente à Proteção e Saúde Animal, porque implicava um custo para o município e não era identificada a forma de financiamento. Prosseguiu referindo que parte do vencimento do Veterinário Municipal é pago pela DGAVE (Direção Geral de Alimentação e Veterinária) e que, caso aceitassem esta competência, este encargo passaria na totalidade para a Câmara Municipal e a forma de financiamento seria feita através de taxas. -----

----- No que diz respeito ao Decreto-Lei n.º 22/2019 referente à Cultura, esclareceu que, uma vez que não há imóveis classificados, entenderam aceitar esta competência, de modo a, posteriormente, salvaguardar o património do concelho. -----

----- O membro da assembleia Artur Oliveira, no uso da palavra, referiu que compreendeu os constrangimentos inerentes à transferência da competência relativa à proteção e saúde animal, no entanto exprimiu a opinião de que a gestão deste processo, nomeadamente a captura de cães vadios e o funcionamento do canil, é um problema do Município. Referiu, ainda, estar surpreendido com a forma como tem sido gerido este processo por parte do governo, reiterando o que havia dito em assembleias anteriores, ou seja, o governo transfere para os municípios a parte odiosa da questão, sem afetar as correspondentes transferências financeiras. A concluir, referiu que terá de haver uma reivindicação dos municípios para que o suporte financeiro seja uma realidade. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que o processo de transferência de competências foi negociado pelos dois maiores partidos, PSD e PS e obteve parecer positivo da ANMP (Associação Nacional de Municípios Portugueses). Assim sendo, a responsabilidade deste processo recai não só no governo, mas também na forma como foi negociado. -----

----- De seguida o Sr. Presidente da Assembleia colocou a votação a alínea b) da Ordem do Dia: “Aprovação das Deliberações ao abrigo da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto”: -----

----- Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30 de janeiro de 2019 aplicável aos Municípios. Posto o assunto a votação foi o mesmo não aceite por unanimidade. -----

----- Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30 de janeiro de 2019 aplicável aos Municípios. Posto o assunto a votação foi o mesmo aceite por unanimidade. -----

----- Passou-se de seguida ao Ponto Três da Ordem do Dia: “Outros Assuntos de Interesse para o Concelho”. -----

----- O membro da assembleia Rui Viçoso, em resposta ao membro Porfírio Paraíso, esclareceu que

quando insiste num determinado assunto é porque, para si, o mesmo ainda não está devidamente elucidado, acrescentando que o esclarecimento de questões nunca deverá ser considerado uma perda de tempo. Concluindo, questionou a opinião do sr. Presidente da Câmara relativamente ao levantamento cadastral dos prédios com potencial turístico no concelho. -----

----- O membro da assembleia Manuel Gonçalves abordou novamente a questão da Estrada Nacional 16, referindo que será um tema a debater na próxima Assembleia Intermunicipal, cuja intervenção está a ser preparada por si, e por elementos do PS e do PSD de Celorico da Beira, na medida em que atualmente é inadmissível que haja uma estrada de ligação nacional em tal estado de degradação. -----

----- Prosseguiu, parabenizando o Sr. Presidente e os funcionários da Câmara Municipal pela limpeza efetuada no antigo IP5. -----

----- Sugeriu, à semelhança do que vislumbrou noutros concelhos, a criação de um parque de caravanismo e concluiu a intervenção congratulando-se com a presença do público e esperando que haja um entendimento na resolução do problema que ali irão expor. -----

----- Usou da palavra o membro da assembleia Porfírio Paraíso referindo que as suas palavras foram mal interpretadas, uma vez que apenas chamou a atenção para a repetição das mesmas questões em todas as sessões da Assembleia Municipal. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara informou que a Câmara está a vistoriar os prédios devolutos do concelho, para que, eventualmente, ao abrigo do IFRRU, possa ser acautelada esta situação. Referiu, ainda, que os membros da assembleia têm toda a legitimidade para colocar as perguntas que entenderem e para não aceitar as suas respostas. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação a aprovação em minuta das deliberações tomadas, tendo obtido a unanimidade dos presentes; depois de lida a referida minuta, foi aprovada por unanimidade e assinada pelos membros da Mesa da Assembleia. -----

----- Passou-se de seguida ao último ponto da Ordem do Dia: "Intervenção do Público". Solicitou o uso da palavra o Sr. Marco Ferreira dos Santos, que fez chegar antecipadamente à Mesa da Assembleia, um requerimento, o qual se dá aqui como transcrito e se considera como fazendo parte integrante desta ata, onde referia pretender intervir acerca dos seguintes assuntos: -----

----- 1 - Ponto de situação da ligação da rede de esgotos do Lar de Figueiró da Granja; -----

----- 2 – Em relação à Senhora Vereadora Rita Silva Almeida, quais os motivos que levaram à perda de confiança por parte do Senhor Presidente da CMFA; -----

----- 3 - Abandono das políticas anunciadas em campanha eleitoral. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara referiu que já disse tudo o que havia a dizer relativamente à ligação dos esgotos, mostrando-se disponível para colaborar com o novo presidente da Liga de Amigos de Figueiró da Granja. Prosseguiu dizendo que relativamente ao segundo ponto e, à semelhança do que já aconteceu anteriormente, manterá a sua posição de não conceder o uso da palavra à Dra. Rita Silva. A concluir e, em relação ao terceiro ponto, referiu que é a perspetiva do Sr. Marco dos Santos e não a sua nem a de quem

o acompanha e, nessa medida, irá continuar a trabalhar no sentido de concretizar o anunciado em campanha eleitoral. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da Lei. -----

O Presidente Carlo J. A. GA

O Primeiro Secretário José António C. dos Reis

O Segundo Secretário Alfonso Almeida dos Santos